
ENTRE CORONÉIS E DOUTORES – A AFIRMAÇÃO POLÍTICA DE NICOLAU DE ARAÚJO VERGUEIRO EM PASSO FUNDO/RS (1916-1920)

BETWEEN CORONELS AND DOCTORS – THE POLITICAL CONSOLIDATION OF NICOLAU DE ARAÚJO VERGUEIRO IN PASSO FUNDO/RS (1916-1920)

Eduardo Roberto Jordão Knack
Doutorando em História – PUCRS
Bolsista CAPES
eduardorjk@yahoo.com.br

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é realizar um estudo sobre Nicolau de Araújo Vergueiro estabelecendo relações entre sua trajetória e a história política local, regional e nacional, bem como realizar uma reflexão teórica para levantar hipóteses sobre as ações que resultaram na divergência das lideranças do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) em Passo Fundo. Os acontecimentos que se operaram entre 1916 e 1920 são decisivos para compreender a ascensão de Vergueiro na vida política. Ele já trilhava um caminho de relativo sucesso, mas o que estava em jogo na briga por sua afirmação como líder passo-fundense era seu prestígio pessoal, a formação de uma sólida base eleitoral, as relações com Borges de Medeiros e transformações no cenário político rio-grandense.

PALAVRAS-CHAVE: Nicolau de Araújo Vergueiro. Partido Republicano Rio-Grandense. Coronelismo.

ABSTRACT: This work aims to study the relations between the Nicolau de Araújo Vergueiro's way and the local, regional and national political history, as well as to reflect in a theory way intending to rise some hypotheses about the actions that lead to the divergences between the leaderships of the Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), in Passo Fundo. The events that took place from 1916 to 1920 are crucial to comprehend the Vergueiro's rise in political life. He has already made a successful way, but what matters to his leadership in Passo Fundo city were his personal prestige, the formation of a consistent vote base, the relationship with Borges de Medeiros and the transformations in the political scenery of Rio Grande do Sul.

KEYWORDS: Nicolau de Araújo Vergueiro. Rio-Grandense Republican Party. Coronelismo.

Considerações iniciais

O artigo está organizado em quatro partes: as considerações iniciais apresentam comentários de algumas obras consultadas, já introduzindo as principais questões a serem debatidas; *Trajatória política de Nicolau de Araújo Vergueiro* traz uma visão da sua vida e de sua atuação política, articulada com a história político-partidária do Estado e do país; *Entre 1916 e 1920* aborda o momento da ascensão e afirmação de Vergueiro como a liderança republicana do planalto; as *Considerações finais: formulando hipóteses* não apresenta apenas

conclusões, mas também caminhos a serem percorridos em futuras pesquisas sobre o tema e nas discussões sobre o coronelismo no Rio Grande do Sul e no Brasil.

As considerações de Axt (2011, p. 12-13) tornam-se relevantes na medida em que apontam algumas questões sobre a relação entre o governo autoritário que dominou o estado e as elites regionais. O autor concorda com a “ideia de que o Rio Grande do Sul se acha integrado à cultura política nacional, cuja base conceitual de referência condensou-se no assim chamado sistema coronelista.” Axt se interessa em esclarecer a “margem de manobra da elite dirigente” que estava submetida a uma administração limitada pela condição de dependência da economia exportadora brasileira e pela posição periférica da economia gaúcha. Para o autor, esta situação conduziu à afirmação, no Estado, de uma política totalizante, construída a partir da troca de relações entre os governantes regionais, que dominavam o partido hegemonicamente, e os chefes, os “coronéis” locais:

Desta forma, busca-se situar o potencial homogeneizador do discurso e as formas da arquitetura jurídica castilhistaborgista, que irão instrumentar e justificar as políticas públicas, bem como explicitar o grau de autonomia relativa do poder central em relação aos poderes locais no âmbito do sistema coronelista. (AXT, 2011, p. 13)

O presente artigo procura levantar algumas questões que possibilitem demonstrar que temas como coronelismo e a relação entre elites regionais e o estado ainda merecem ser discutidos. A partir da trajetória de Vergueiro e o conflito pela liderança do PRR em Passo Fundo, identifica-se a emergência de um tipo de liderança que não se enquadra idealmente em uma cultura política marcada pela hegemonia de um “sistema coronelista”. Não é intenção contradizer a existência do coronelismo, mas demonstrar que outras questões são relevantes nas relações de poder que definem a relação de políticos locais com as lideranças estaduais.

A análise do problema proposto no presente trabalho tem como uma referência o artigo de René E. Gertz, *Como é possível continuar escrevendo História Política?* Procura-se estabelecer uma intermediação entre aspectos que dizem respeito a uma história política (que centra sua atenção na história dos partidos, na ação de determinados sujeitos como atores principais do processo histórico) e uma história cultural (aspectos mentais que envolvem o fazer política, as condutas de vida, os ideais, razões que orientam as ações de sujeitos). As considerações de Gabriel Cohn (2002, p. 28), na introdução do livro *Weber*, definem o contorno do olhar teórico que se pretende alcançar:

o *sentido* é responsável pela *unidade dos processos de ação* e é através dessa que os torna *compreensíveis*. Ou seja: é somente através do sentido que podemos apreender os nexos entre os diversos elos significativos de um processo particular de ação e reconstituir esse processo como uma unidade que não se desfaz numa poeira de atos isolados. Realizar isso é precisamente *compreender* o sentido da ação. (COHN, 2002, p. 28)

Só poderemos compreender a ação que originou as divergências na cúpula do PRR entre 1916 e 1920 em Passo Fundo, buscando o sentido que orientou a ação dos sujeitos. A partir desse sentido é possível perceber a *unidade do processo de ação*, pois a afirmação política de Vergueiro não constitui uma ação isolada de seu contexto e de sua relação com outros sujeitos. Outros trabalhos foram fundamentais para levantar informações e pensar as questões propostas. Seguem breves comentários sobre livros, teses e dissertações que contribuíram para o presente artigo.

Ana Maria Rosa Prates, em sua dissertação *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)* estuda as articulações políticas de Vergueiro a partir da imprensa local e regional. Prates parte do pressuposto de que o crescimento econômico foi o fundamento da hegemonia do PRR na cidade: “O desenvolvimento econômico da cidade possibilitava e garantia a ascensão hegemônica do PRR, elevando o prestígio dos chefes políticos locais.” (PRATES, 2001, p. 14). Cabe destacar que o recorte temporal da autora não possibilita uma análise aprofundada das divergências que ocorrem no PRR local entre 1916 e 1920, além disso, não houve um aprofundamento teórico sobre os motivos e disputas políticas entre as lideranças republicanas e suas relações e contradições dentro do “sistema coronelista”. Todavia, o trabalho de Prates constitui fundamental referência para pesquisas sobre Vergueiro e a história política e partidária do planalto médio.¹

O livro *Eleições em Passo Fundo dados históricos*, de Marcos Antonio Damian contém informações sobre as eleições e partidos políticos, seus integrantes eleitos, número de votos e períodos dos mandatos. A obra *Páginas da Belle Époque Passo-fundense*, de autoria de Heleno Alberto Damian e Marcos Antônio Damian apresenta transcrições de artigos da

¹ Outras obras também foram consultadas para uma ampla compreensão sobre a trajetória política de Nicolau de Araújo Vergueiro e a história político-partidária do Rio Grande do Sul e de Passo Fundo: *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967* (BENVEGNÚ, 2006), *Partido Social Democrático: formação e fragmentação em Passo Fundo (1945-1950)* (GATTI, 2008), *O Teatro do Poder: as elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo* (AMARAL, 2005), *A construção da liderança política de Flores da Cunha: governo, história e política (1930-1937)* (JÚNIOR, 2006), *Flores, Vargas e o PRL (1932-1937): registros da imprensa passo-fundense* (FARIAS, 2011).

imprensa. Ambos os livros serviram para delimitar datas, levantar dados biográficos, identificar personagens envolvidos na trajetória de Vergueiro, bem como vislumbrar situações que marcaram sua carreira. Além disso, o livro *Páginas da Belle Époque* fornece um bom recorte de fontes de pesquisa, uma vez que é constituído, em grande parte, por cópias de artigos e notícias de jornais locais e regionais. Entre os livros utilizados para consulta biográfica, encontra-se a obra *Vultos da história de Passo Fundo*, de Welci Nascimento e Santana Rodrigues Dal Paz. Em relação a Vergueiro, a partir da pesquisa na imprensa passo-fundense, é perceptível que os autores utilizaram como referência um artigo publicado no jornal *O Nacional* em 14 de agosto de 1962. Poucas informações são acrescentadas a mais, e a maioria dos trechos está igual ao jornal².

Trajетória política de Nicolau de Araújo Vergueiro e a política estadual

Nicolau de Araújo Vergueiro, filho de João Campos Vergueiro e de Carolina de Araújo Vergueiro, nasceu em Passo Fundo em 1882. Em relação aos dados de seus pais, as referências consultadas não apresentaram informações consistentes. Foi possível levantar que seu pai veio de São Paulo e exerceu o cargo de Presidente da Câmara de Vereadores de Passo Fundo em 1878 pelo Partido Liberal. Já Nicolau Vergueiro estudou em Passo Fundo até 1893, quando foi estudar em São Leopoldo, com onze anos, no Colégio Nossa Senhora da Conceição. Em 1900 iniciou a Faculdade de Medicina e Farmácia em Porto Alegre. “Em 1903 terminou o Curso de Farmácia e em 1905 o de Medicina. Sua tese de formatura teve como tema: Anestesia Geral, com excelente aprovação. Durante o curso foi agraciado com cinco distinções.” (NASCIMENTO; DAL PAZ, 1995, p. 70). Inicia sua carreira política em 1908, quando é eleito Conselheiro Municipal pelo PRR. Em 1909 é eleito Deputado Estadual (foi Deputado Estadual nas seguintes legislaturas: 1909-1912, 1913-1916, 1921-1924, 1925-1928), em 1928 foi eleito Presidente da Assembleia dos Representantes do Estado e em 1929

² Seguem alguns trechos do artigo *Dr. Nicolau Araújo Vergueiro (traços biográficos)* publicado em *O Nacional* em 14 de agosto de 1962: “No desempenho do cargo de Intendente de Passo Fundo, durante duas gestões soube se conduzir com acerto. No posto de Deputado Estadual, eleito pelo Partido Republicano, por várias vezes, evidenciou de modo eloquente de quanto era capaz. Na Câmara Federal teve brilhante atuação. [...] Em 1908 passou a militar ativamente na política, tendo sido eleito, neste mesmo ano, Conselheiro do Município pelo Partido Republicano e elevado ao posto de Presidente dessa corporação. [...] Em 1909 foi eleito Deputado pelo Partido Republicano, e reeleito durante cinco legislaturas. Em 1928 foi eleito Presidente dos Representantes do Estado. Seu Partido sempre se mostrou com destacada atuação na Assembléia. [...] Em maio do ano de 1920 foi nomeado Chefe Unipessoal do Partido Republicano, tendo se mantido nesse posto até a dissolução do Partido. Foi presidente do Partido Social Democrático (PSD), tendo sido um dos fundadores no Rio Grande do Sul dessa agremiação partidária”.

foi eleito Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul e reeleito mais duas vezes, em 1935 e 1945. Participou da Frente Única Gaúcha (FUG) e da fundação do PSD, em 1945.

É importante lembrar os apontamentos de Amaral (2005, p. 27) sobre a geração política de 1907, que viveu um momento turbulento, pois “a partir de meados da década de 1910 que o governo de Borges de Medeiros passa a ser alvo de ataques em virtude de grupos opositores terem ganho mais força política”. Essas críticas, expostas na própria Assembléia pelos Libertadores levou os deputados Republicanos a defender o governo com empenho e vigor. Vergueiro era um expoente da geração política republicana da década de 1910. Boeira indica que o terceiro mandato de Borges de Medeiros marcou uma redefinição do que o autor chama de positivismo político e que certamente influenciaram a atuação da geração política que o apóia, como Vergueiro:

O enfraquecimento da posição do Rio Grande do Sul na política nacional com a morte de Pinheiro Machado, a multiplicação de dissidências dentro do PRR em nível municipal, as reivindicações econômicas crescentes nas áreas coloniais (nem sempre acompanhadas de tradução política), as dificuldades de capitalização e comercialização da economia regional, as pressões da industrialização e urbanização incipiente e o aparecimento do proletariado politicamente ativo – tudo isso impôs uma reavaliação do “positivismo” anterior, que se adequara tão bem ao coronelismo local. (BOEIRA, 1980, p.42)

Boeira identifica uma mudança não apenas na base ideológica do PRR, mas nas próprias ações políticas do partido, pois a “reavaliação” do positivismo implicou uma reconfiguração do “coronelismo local”, ou seja, da relação política baseada na subordinação dos chefes locais ao líder regional, que por sua vez negocia com o governo nacional estavam se modificando. A trajetória de Vergueiro é um exemplo dessa mudança, como veremos nas considerações finais. Esse período de transformações regionais no Rio Grande do Sul conturba o cenário político. Surgem as primeiras dissidências no PRR (1908 com Fernando Abbott e Assis Brasil) com a ausência de Borges de Medeiros do Poder. Seu retorno em 1913 também assinala o retorno da oposição que acaba culminando com a Revolução de 1923. (KÜHN, 2004, p.115). Depois da afirmação política de Vergueiro, que ocorre ente 1916 e 1920 (que veremos em mais detalhes no item *Entre 1916 e 1920*), sua liderança política nos anos 1920 alcança toda região norte, passando de intendente municipal a deputado, até a década de 1930, em particular, a partir a fundação do PRL.

Farias (2011, p. 92) comenta sobre a criação do Partido Republicano Liberal (PRL) de Flores da Cunha e a reação de líderes partidários de Passo Fundo (Vergueiro e Antonino

Bittencourt Azambuja, respectivos líderes dos partidos Republicano e Libertador) expressa nas páginas de *O Nacional*. Segundo o autor, os referidos líderes compreendiam o novo partido como aliciador das fileiras dos partidos tradicionais, assumindo uma posição crítica sobre o governo regional. Apelavam para que Republicanos e Libertadores mantivessem a fé partidária e se apresentassem para a “batalha cívica da reintegração da pátria e da ordem constitucional”, defendida pela Frente Única³. Não deixavam de lembrar os chefes “que o exílio não banuiu da consciência política”, Raul Pilla e Borges de Medeiros. O que estava em jogo, na verdade, era o atrito relativo à emancipação de Carazinho promovida por Flores da Cunha:

A advertência a que se referia *O Nacional* trazia nas entrelinhas uma mágoa pessoal de Nicolau Vergueiro para com Flores da Cunha, em que pese que este, no ano de 1931, emancipou a cidade de Carazinho-RS e para seu prefeito nomeou Homero Guerra, seu cunhado. Com tal medida, Flores da Cunha enfraqueceu Vergueiro, uma vez que o distrito de Carazinho era um forte reduto eleitoral desse líder político. Mesmo assim, nas eleições constituintes do ano seguinte, Nicolau Vergueiro conseguiu eleger-se deputado federal pela Frente Única. (FARIAS, 2011, p. 92)

Atrito que é agravado quando, seguindo Borges de Medeiros, Vergueiro apoia a Revolução de 1932 de São Paulo. Para Júnior, o apoio de Flores ao governo Vargas durante o levante paulista é expresso. Houve desde o apoio estrutural às tropas do governo até a “perseguição de líderes da FUG, Raul Pilla, Lindolfo Collor, Baptista Luzardo e Borges de Medeiros.” (JÚNIOR, 2006, p. 87). Nicolau Vergueiro também é perseguido e exilado entre 1933-1934⁴. Depois retorna ao cargo de Deputado Federal pelo PRR. Após a dissolução dos partidos em 1937, passa a integrar o PSD em 1945.

³ Para Júnior (2006, p. 47), a Revolução de 1930 conferiu às elites políticas gaúchas a possibilidade de intervenção política a nível nacional a partir da Aliança Liberal. Porém, como Amaral (2005, p.27-28) aponta: “Se nos reportarmos à configuração das alianças políticas no Rio Grande do Sul em 1930, teremos a formação da Frente Única Gaúcha (FUG), que será responsável pela vitória da Aliança Liberal no estado. Essa aliança será desfeita em 1932, com a eclosão do Movimento Paulista de 32. Temos a partir daí a transformação da FUG (PRR aliado ao PL), sob a liderança de Borges de Medeiros e de Raul Pilla, como oposição aos governos revolucionários em âmbito estadual e federal. Já a situação organiza o Partido Republicano Liberal (PRL), que servirá para dar respaldo às políticas dos governos federal e estadual.”

⁴ Seu exílio ocorre em virtude do apoio a Borges, mas também resulta do desafeto entre Flores e Vergueiro. Lembrando Júnior (2006, p. 113), “Os embates que a FUG travava para o retorno do país à legalidade constitucional não garantiam uma interpretação precisa sobre sua sobrevivência partidária. Além disso, essas representações construídas por políticos da oposição estadual evidenciam a defesa de seus interesses para a continuidade da luta política e para recuperação do poder estadual.” Abreu (2007, p.9) esclarece que a revolução paulista rompeu com a unidade em torno de Vargas pelos políticos gaúchos – dividiram-se em dois blocos, o primeiro ligado ao PL e aos borgistas do PRR (caso de Vergueiro), e o segundo, com tendência mais autoritária liderada por Flores da Cunha, que levou os opositores ao exílio.

Benvegnú (2006, p. 37), comentando sobre a formação do PSD em Passo Fundo, ressalta que esse partido montou uma base diversificada, tendo Vergueiro como uma de suas lideranças, e que seus integrantes não seguiram as tendências de seus antigos chefes regionais. A autora também afirma que o PSD, por agregar lideranças históricas da cidade, tinha maior força que os outros partidos, como a União Democrática Nacional (UDN) e PTB. Porém, mesmo reunindo atores de peso na política regional, o PSD não conseguiu sustentar coesão interna em Passo Fundo, pois seus membros começaram a apresentar divergências. Embora Vergueiro e Bittencourt⁵ estivessem na Câmara Federal, “este último acusou publicamente Vergueiro, Ferreira Filho e Túlio da Fontoura [...] de fraude eleitoral contra sua candidatura” nas eleições de 1947 (BENVEGNÚ, 2006, p. 51). Mesmo assim, Vergueiro continuou a encarnar o PSD, pois concebia o partido como herdeiro de uma tradição getulista que ele não estava disposto a abandonar, especialmente por ter empenhado seu prestígio pessoal na sua fundação. Frente ao predomínio do PSD e de Vergueiro, PTB e UDN se unem e, em 1947, elegem Armando Araújo Annes para prefeito (UDN) e Daniel Dipp para vice (PTB), marcando a progressiva perda de poder de Vergueiro⁶.

Para Benvegnú, o PSD simbolizava o continuísmo getulista, e

“[...] esse era o sistema que Vergueiro representava. Mudou somente a sigla, as lideranças e a prática política eram as mesmas. Se Vergueiro aquiescesse aos ditames petebistas, embora liderando um partido fragilizado por disputas internas e deserções, estaria abrindo mais ainda o seu espaço de poder que o PTB já estava monopolizando, tanto no município como na região e comprometendo seu prestígio político.” (BENVEGNÚ, 2006, p.54).

Em 1947 Vergueiro não se candidata à prefeitura, mas empenha seu apoio ao candidato Dionísio Lângaro, estreante na política e no PSD, que não deixava de simbolizar uma espécie de tentativa de renovação nos quadros do partido. A derrota representou o início

⁵ Entre os membros fundadores do PSD a nível local encontram-se Vergueiro, Arthur Ferreira Filho e Antonio Bittencourt de Azambuja como fundadores e lideranças mais expressivas. Ocorre que Ferreira Filho e Vergueiro compartilhavam uma tendência política semelhante, ambos descendiam do PRR. Bittencourt era descendente do Partido Libertador. De acordo com Gatti (2008, p. 56), essa divergência entre as tendências políticas dos fundadores levou à fragilidade pessedista em Passo Fundo. Em comício realizado pelo PSD (organizado por Bittencourt) em 1945 para campanha de Dutra, acabou se tornando uma manifestação pró Vargas. Embora Vergueiro não estivesse presente, esse fato desencadeou uma animosidade crescente entre os três pessedistas.

⁶ “Em termos político-partidário, embora coligado com a UDN, o resultado desse pleito eleitoral foi mais um degrau que o PTB galgou em sua curta, porém profícua trajetória política. Em janeiro de 1947, conseguiu subtrair do PSD a representatividade estadual com a derrota de Ferreira Filho e a eleição de César Santos ao Legislativo Estadual. Nessas eleições, abriu mais sua vantagem em relação ao seu adversário maior, Nicolau Vergueiro, que com a derrota do candidato pessedista Dionísio Lângaro, perdia a grande parte de seu poder em Passo Fundo.” (BENVEGNÚ, 2006, p. 59)

do fim da hegemonia de Vergueiro na região. Kuhn (2004, p.137) indica que entre 1945 e 1964 o Rio Grande do Sul “viveu um estado de constante alternância partidária, ora governada pelo PSD, ora governada pelo PTB.” Passo Fundo foge a essa polarização, pois a partir de 1947 o PTB passa a dominar o cenário político local, mesmo frente ao domínio do estado pelo PSD com a eleição de Walter Só Jobim. Apesar da alternância no governo do estado, o PTB passa a dominar grande parte dos municípios gaúchos, como Noll e Trindade apontam:

A curva ascensional do PTB será um fator decisivo na mudança da dinâmica das forças políticas regionais, provocando, como reação à tendência de sua hegemonia eleitoral, uma progressiva aglutinação das forças anti-PTB, nucleadas em torno de um PSD “udenizado” que entra em conflito com a linha nacional de aliança com PTB. (NOLL; TRINDADE, 2004, p. 82-83)

A aliança entre PTB e UDN (que representavam uma espécie de renovação política) para enfrentar o PSD (que reunia lideranças “tradicionais” da cidade) escapa ao “padrão nacional de confrontação partidária” que se traduziu “na polarização PSD-PTB versus UDN” (NOLL; TRINDADE, 2004, p.81). A partir de 1951, a tendência política local começa a se alinhar com os rumos partidários regionais e nacionais. PTB e PSD protagonizam novamente as eleições, mas a UDN muda de lado e passa a apoiar os pessedistas. As eleições de 1951 marcaram a derrocada final de Vergueiro, que ocorre na esteira da ascensão e do predomínio do PTB local na década de 1950. Novamente, o candidato Dionísio Lângaro, da coligação PSD/PL/UDN, perdeu a eleição para prefeito conquistada por Daniel Dipp, da coligação PTB/PSP/PR. Mas a progressiva perda de poder de Vergueiro não ocorre apenas em virtude do PTB, mas da emergência de uma nova liderança local trabalhista, como Benvegnú (2006, p. 64) aponta, “a eleição de César Santos à Câmara Federal em 1950, trouxe um respaldo a mais não só para os quadros do PTB local, como também ampliou sua área de poder em nível regional”⁷. O PTB sinalizava um outro momento na política municipal, trazia outra proposta, que não pode deixar de ser compreendida desvinculada de acontecimentos que ocorriam em Passo Fundo e no Rio Grande do Sul.

⁷ “Em 1950, Nicolau Vergueiro candidato ao parlamento federal, ficou na quinta suplência, amargando a primeira derrota em sua história política. Diante dos sucessivos fracassos, Nicolau Vergueiro desgostoso se afastou da política, ficando o PSD praticamente acéfalo.” (BENVEGNÚ, 2006, p. 69)

Entre 1916 e 1920

Entre os personagens envolvidos no conflito que resultou na afirmação de Vergueiro como um líder político regional e chefe do PRR passo-fundense, encontram-se o coronel Gervásio Lucas Annes, o coronel Pedro Lopes de Oliveira e Gabriel Bastos. Para compreender de forma clara a relação entre os atores políticos, é importante realizar breve comentário sobre suas trajetórias. Vergueiro já havia alcançado expressão política a nível local e regional entre 1916 e 1920, como demonstrado na explanação sobre sua trajetória. Mas apesar de sua atuação, a liderança política e partidária estava dividida após a morte de Gervásio Lucas Annes, tradicional líder republicano do município. O primeiro cargo político ocupado por Gervásio⁸ foi de membro do Conselho Municipal em 1886. Em 1889, uma Junta Governativa esteve à frente do município composta por três políticos, da qual fazia parte Gabriel Bastos. No ano de 1891, Gabriel Bastos⁹ é eleito para o Conselho Municipal, juntamente com Pedro Lopes de Oliveira. Em 1893, Gervásio é nomeado Intendente (substituindo Gabriel Bastos), durante a Revolução Federalista.¹⁰

Em 1896, “na primeira eleição por voto direto do município foi eleito Intendente Gervásio Lucas Annes” (DAMIAN, 2010, p. 29), e Pedro Lopes de Oliveira¹¹ foi eleito para o Conselho Municipal. Em 1900, Pedro Lopes retorna à Intendência. Em 1904, Gervásio foi Vice-Intendente e Pedro Lopes eleito Intendente. Em 1908, retorna ao cargo de Intendente (ano em que Vergueiro entra no cenário político), nomeando como vice Gabriel Bastos. Em 1912, é o único momento em que Vergueiro, Pedro Lopes e Gervásio ocupam cargos públicos

⁸ Gervásio nasceu no município de Cruz Alta em 1853. Aos 17 anos mudou-se para Passo Fundo para trabalhar como escrivão da Coletoria Estadual. Além de sua carreira como funcionário público, também trabalhou como advogado e jornalista na cidade. Casou-se com Etelvina Emília Schell de Araújo, entre seus filhos estão Amando Araújo Annes, que foi Intendente e Prefeito de Passo Fundo, e Herculano Araújo Annes, fundador do jornal *O Nacional*. Foi membro do Partido Conservador e, durante o Império, aderiu às fileiras do PRR. “Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, o Cel. Gervásio passou a ser o primeiro chefe Republicano de Passo Fundo. Nesse mesmo ano, foi nomeado promotor público.” (NASCIMENTO; DAL PAZ, 1995, p. 48).

⁹ Gabriel Bastos não era natural de Passo Fundo. Nasceu em Santa Maria em 1859. Em 1885, mudou-se para Passo Fundo e estabeleceu uma casa comercial. Participou de uma junta administrativa que governou o município após a proclamação da República. Antes da Revolução Federalista, como já apontado, exerceu o cargo de conselheiro e intendente municipal, até mudar-se para Cruz Alta, onde também foi conselheiro municipal e comerciante. Voltou para Passo Fundo, dedicando-se à indústria da madeira. Em 1928, fundou o Banco Popular de Passo Fundo. Além de suas atividades profissionais como comerciante e industrial e os cargos públicos ocupados, também atuou como escritor (escreveu romances e crônicas) e jornalista.

¹⁰ “Pelo decreto nº 391, de 31 de agosto de 1890, foi o Cel. Gervásio comandante superior da Guarda Nacional da Comarca.” (NASCIMENTO; DAL PAZ, p. 48).

¹¹ É importante esclarecer alguns dados sobre a vida de Pedro Lopes de Oliveira. O Coronel Lolico, como era chamado, nasceu em 1865 em Passo Fundo, filho do Dr. Cândido Lopes de Oliveira (seu pai ocupou em duas ocasiões o cargo de conselheiro municipal, em 1868 e 1872). O Cel. Lolico, além de uma vida política atuante, foi nomeado “em 1891, Major Fiscal do 45º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional da Comarca.” (NASCIMENTO; DAL PAZ). Participou ativamente dos combates da Revolução Federalista defendendo o PRR.

concomitantemente. Pedro Lopes é Intendente, nomeou como vice Gervásio, e Vergueiro foi eleito conselheiro municipal. O ano de 1916 é marcante para a política local, pois sinaliza a divisão na cúpula do PRR em Passo Fundo. Pedro Lopes ocupava novamente a Intendência. Gervásio ocupava a cadeira de vice, mas sua saúde já estava debilitada, deixando a direção do partido a uma comissão executiva, falecendo em 1917.

Achava-se gravemente enfermo o extinto amigo e chefe do Partido Republicano deste município – Cel. Gervasio Lucas Annes. Assim doente na impossibilidade de orientar o partido que há longos anos dirigia, resolveu constituir uma Comissão executiva que, com o concurso de sua acatada experiência, tomasse o encargo da direção política de Passo Fundo. (O GAÚCHO, 29/04/1917 apud DAMIAN; DAMIAN, 2008, p. 34)

A comissão que assumiu a direção do partido no município era composta por Vergueiro, Gabriel Bastos e Pedro Lopes de Oliveira. Esta comissão não vigorou em virtude da campanha para eleição de Intendente de 1920. Como Damian e Damian (2008, p.35-36) mostram, a imprensa serviu como instrumento entre os dois grupos que se formaram depois do rompimento da comissão. O jornal *A Voz da Serra* apoiava “a campanha do dr. Vergueiro à Intendência. *O Gaúcho* defendia a reeleição do Cel. Pedro Lopes de Oliveira. A disputa política monopolizou o noticiário até 1920, ano das eleições.”

A cisão no partido republicano nesta região iniciou-se a partir de 1917, quando o intendente Pedro Lopes de Oliveira, procurando cumprir uma promessa feita ao povo de Carazinho, iniciou campanha em favor da emancipação do distrito. Esse fato teve como efeito a perda de terreno político para Nicolau de Araújo Vergueiro, que se tornou ídolo republicano não só na cidade como em todo interior. (PRATES, 2001, p. 15)

Prates parte desse acontecimento para explicar as divergências ocorridas entre as lideranças do PRR em 1917, mas apenas essa disputa não explica o conflito de antigos aliados¹². A falta de um chefe que mediasse essa disputa entre dois líderes em potencial do partido e da região do planalto é central para entender a questão. O papel de “patriarca” político que Gervásio representava no município impedia conflitos como os que se

¹² A partir de informações retiradas do trabalho de Prates (2001, p. 31), é possível apontar o Cel. Pedro Lopes de Oliveira como a figura que “introduz” Vergueiro na política passo-fundense. “Em 1906 e 1907, participou da comissão nomeada pelo intendente municipal Pedro Lopes de Oliveira para elaborar o documento com o título ‘O município de Passo Fundo na Exposição Nacional de 1908’, a qual se realizou no Rio de Janeiro em 1908.”

estabeleceram. A posição assumida por Borges de Medeiros¹³, evitando arbitrar sobre a divergência, contribui para agravar ainda mais a situação, levando a uma oposição acirrada.

Depois da morte de Gervásio, a comissão que assumiu a liderança do Partido reunia dois políticos tradicionais da cidade, o Cel. Lolico e Gabriel Bastos, e o Dr. Vergueiro, que inicia sua trajetória política após a Revolução Federalista, acontecimento que interrompeu o progresso da cidade. Após o fim da Revolução, Passo Fundo retoma o crescimento com a instalação da estrada de ferro. O Dr. Vergueiro candidata-se ao cargo de Intendente, com o apoio de Gabriel Bastos, em oposição à reeleição do atual Intendente, o Cel. Pedro Lopes de Oliveira. Damian e Damian realizaram uma interessante leitura sobre a ascensão de Vergueiro:

Em 1917, morto o chefe, o novo líder do Partido, Dr. Nicolau Araújo Vergueiro, apoiado pelo coronel Gabriel Bastos, passou a fazer oposição ao intendente, coronel Pedro Lopes de Oliveira, que pretendia se reeleger pela 5ª vez. Na eleição de 1920, após fatigante disputa, o segundo alcançou seu objetivo, derrotando os lolicistas por ampla vantagem de votos. A ascensão de Vergueiro ao governo municipal marcou o início da Belle Époque passo-fundense. (DAMIAN; DAMIAN, 2008, p.15)

Os autores sugerem que Vergueiro sinalizava a entrada da cidade em uma *Belle Époque*. Passo Fundo experimentava uma modernização urbana desde a década de 1910, com a estrada de ferro, a instalação de indústrias (madeireiras, moinhos, entre outras), o desenvolvimento do comércio, a instalação de hotéis, o trânsito de pessoas de diferentes cidades e estados, o empenho do poder público em modernizar a cidade (calçamento, iluminação pública, embelezamento de praças) e o próprio crescimento populacional traduzia esse momento. Vergueiro teve sua estréia como político junto com essas transformações. Sua candidatura encarnava essa mudança e a imprensa que o defendia associava seu nome à ordem e estabilidade, necessárias para a manutenção do progresso:

OS ARRUACEIROS. São constantes os casos de violências e arruaças de certo tempo a esta parte, provocados pelos funcionários municipais; ora contra as partes que são obrigadas a comparecerem na Intendência, ora são as excitações alcoólicas dando origem a bravatas. [...] Diante da gravidade

¹³ De acordo com Prates, “[...] ao se aproximar o período de eleições municipais, percebia-se na região uma bipolarização entre os republicanos, divididos que estavam entre Pedro Lopes de Oliveira e Nicolau Vergueiro. Borges de Medeiros propôs, então, um plebiscito interpartidário para que o próprio povo da região escolhesse o candidato a ser indicado pelo partido. Nicolau Vergueiro obteve o resultado a seu favor, o que o levou também à vitória na eleição para a administração municipal de Passo Fundo.” (PRATES, 2001, p. 16)

desses fatos que impunemente vêm se reproduzindo, para quem vamos apelar, se o seu Lolico é o principal responsável? Não se iludam, porém, que nós, os amigos do Dr. Vergueiro e Gabriel Bastos, diretores do partido republicano local, estamos na firme deliberação de prosseguirmos numa orientação pacífica e elevada, predispostos, não obstante, a qualquer reação coletiva contra todo o desmando ou violência à pessoa de nossos companheiros. Aí fica o aviso! (A VOZ DA SERRA, 03/07/1918 apud DAMIAN; DAMIAN, 2008, p. 36)

Essa acusação envolvia a descrição de funcionários da Intendência que andavam armados, recusando-se a pagar dívidas ou envolvidos em bebedeiras em espaço público. O jornal *A Voz da Serra* defendia o “vergueirismo” e apoiava sua campanha, é claro que a possibilidade de exagero deve ser levada em conta na leitura da notícia, mas de qualquer maneira, ela revela um traço marcante para compreensão da disposição da campanha. Vergueiro está associado à paz, enquanto os funcionários do poder executivo, em que o chefe era o Cel. Lolico, à baderna e violência. A candidatura de Vergueiro assinalava um tempo de paz social, enquanto os “lolicistas” estavam associados ao tempo da violência e do autoritarismo. Gabriel Bastos, comerciante, industrial e intelectual, ao apoiar Vergueiro, contribuía para sua campanha com um capital econômico, mas também simbólico, pois era um homem do comércio e das letras, contribuía para a imagem de ordem necessária ao progresso. A campanha foi acirrada e ofensiva, como demonstra a passagem do jornal *O Gaúcho*, que havia permanecido nas mãos de defensores do Cel. Pedro Lopes:

Os excêntricos artistas xifópagos – ligados pela língua e pelo coração, por melhor que cantem sua ode-pasquinia, não conseguem entoar de modo que confundam; parece que a choldra não foi bem combinada e daí as notas píffias, os falsetes, os guinchos e relinchos que soltam ferindo os ouvidos e revoltando os intestinos de quem os assiste. (O GAÚCHO, fev. 1919 apud DAMIAN; DAMIAN, 2008, p. 37)

As reclamações realizadas pelo *O Gaúcho* faziam referência a comentários de “vergueiristas”, que já apontavam as eleições de 1920 como ganhas. O artigo ironizava a oposição, caracterizando-a como a voz “curio-nicolau”, cantando sua sinfonia a partir de uivos, berros e guinchos, predizendo a derrota do Intendente. De fato, O Cel. Pedro Lopes é derrotado nas eleições de 1920, sendo eleito o Dr. Nicolau Vergueiro, com anuência de Borges de Medeiros. Após a vitória de Vergueiro, o Cel. Lolico passou a fazer oposição ao

governo, passando para o lado das forças assistidas em 1923¹⁴. Depois da Revolução de 1923, se candidatou mais uma vez a vice-intendente e sofreu outra derrota. Logo, a vitória dos “vergueiristas”, acaba reivindicando a memória republicana:

Em sua homenagem foi inaugurado o seu busto, em bronze (primeiro busto-monumento de Passo Fundo), no dia 10 de abril de 1921 (dia próximo ao seu aniversário), fruto de uma campanha do Clube Pinheiro Machado, tendo sido escultor o português Pinto Couto. Era Intendente na época o Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro. (NASCIMENTO; DAL PAZ, 1995, p. 50)

Após a vitória sob o adversário político, Vergueiro também deixa a marca na memória coletiva da cidade. Ao construir um monumento em homenagem ao patriarca republicano, colocou-se como herdeiro de seu legado. O *Album do Município de 1931*, organizado por Fontoura, narra um breve histórico do PRR em Passo Fundo. Mesmo após todo o conflito entre “lolicistas” e “vergueiristas”, mesmo o Cel. Pedro Lopes tendo passado “para o outro lado” na Revolução de 1923, ele é apontado como importante membro do partido e sua relação de amizade com o “patriarca” Gervásio Lucas Annes é apresentada, até chegar ao presente, colocando Vergueiro como herdeiro e herói dessa trajetória.

Considerações finais

De acordo com Volker Sellin “onde se perde a certeza do sentido tradicional e irrefletido, se procura instituir um novo sentido através da ideologia, para restabelecer a segurança comportamental perdida.” (SELLIN, apud GERTZ, 2009 a, p. 22). Partindo dessa afirmação, podemos apontar o desencadeamento das divergências na cúpula do PRR local como o rompimento da “tradição” da liderança, a falta do arbítrio do “fundador” do PRR de Passo Fundo. A perda de uma referência que havia sido indicada pelo próprio Júlio de Castilhos abriu a possibilidade de se estabelecer uma nova liderança, porém, pelas referências analisadas até o momento, não houve uma indicação direta da presidência regional do partido sobre quem deveria assumir. Ao pensar sobre a autoridade de Gervásio na liderança do

¹⁴ Vergueiro, apresentando a *Mensagem Municipal ao Conselho Municipal*, em 1923, comenta sobre os prejuízos causados e a necessidade de usar recursos para aparelhar o município, aponta o movimento como criminoso. “Diante da grave situação neste e noutros municípios do nosso Estado pela criminosa revolução, de que é directo reponsavel o Dr. Assis Brasil.” (VERGUEIRO, 1923, p. 8). Prates indica que “Pedro Lopes de Oliveira, chefe da dissidência republicana, organizou em Passo Fundo o Comitê Pró-Assis Brasil, sob a presidência de Fernand Goelzer, e, em Carazinho, sob o comando de Salustiano de Pádua.” (PRATES, 2001, p. 17).

partido, pode-se concluir que não era exercida apenas sob uma base “legal”¹⁵, ele não alcançou o poder seguindo regras estabelecidas pelo jogo político, foi indicado por Júlio de Castilhos e liderou o partido até a sua morte.

Weber (2002, p. 130) conclui que dificilmente se encontrará o tipo mais puro de dominação legal (que seria, para ele, a burocracia) na realidade. Geralmente essa forma de dominação é exercida concomitantemente com aspectos dos outros tipos de dominação – tradicional e carismática. A presidência do partido foi conquistada por Gervásio por intermédio da indicação do líder regional (ou seja, foi “ungido” por Júlio de Castilhos – uma liderança em parte baseada no carisma transmitido pelo chefe republicano) e pelo seu papel na Revolução Federalista. Sua liderança não estava submetida a regras estatuídas, mas ao poder carismático, recebido pela indicação de Castilhos e pela participação nos sangrentos conflitos da revolução. Quando veio a falecer, não nomeou um único sucessor (não seguiu a “tradição” – foi nomeado por Castilhos, nada mais natural que ele, ou a cúpula do PRR, nomeasse nova liderança), mas uma comissão. Sobre a dominação carismática, Weber (2002, p. 135) indica que:

Seus tipos mais puros são a dominação do profeta, do herói guerreiro e do grande demagogo. A associação dominante é de caráter comunitário, na comunidade ou no séquito. O tipo que manda é o líder. O tipo que obedece é o “apóstolo”. Obedece-se exclusivamente à pessoa do líder por suas qualidades excepcionais e não em virtude de sua posição estatuída ou de sua dignidade tradicional [...].

A morte de Gervásio deixou um vácuo no poder político local. Seu carisma subsistiu até sua morte, pois era respeitado por todos os seus correligionários. Quando faleceu, ao indicar uma comissão para liderar o partido (escolha realizada com a anuência de Borges de Medeiros), deixou, na verdade, um espaço a ser preenchido. Nenhum dos três membros da comissão podia reivindicar o governo por “herança” e/ou indicação do patriarca partidário (não poderiam argumentar uma herança do “carisma” e mesmo da força da tradição que a figura de “patriarca” partidária exercia a nível local). No primeiro momento em que a comissão precisou realizar uma escolha importante (quem seria o próximo Intendente),

¹⁵ De acordo com Weber, em uma “dominação legal”, obedece-se não ao líder em si, mas “regras”, as leis, os regulamentos da sociedade. “O tipo daquele que ordena é o ‘superior’, cujo direito de mando está legitimado por uma regra estatuída, no âmbito de uma competência concreta, cuja delimitação e especialização se baseiam na utilidade objetiva e nas exigências profissionais estipuladas para a atividade de um funcionário.” (WEBER, 2002, p. 129)

ocorreu a ruptura. Não havia um guia, uma orientação para servir de exemplo (os três foram unguídos com o mesmo poder). Weber (2002, p. 135) comenta que as decisões tomadas em um tipo de dominação carismática pela “proclamação” do líder são aceitas por força de seu carisma, “sempre que não se lhe oponha outra corrente, de caráter também carismático.” Os herdeiros (especialmente o Cel. Lólico e Vergueiro) não tinham uma figura carismática para mediar seus interesses. A divergência ocorreu em virtude do desencontro de opiniões sobre quem deveria ser o candidato à eleição de 1920. Tendo estas questões em mente, a ascensão de Vergueiro não pode ser explicada apenas pelo “sistema coronelista” em vigor na República Velha, mas articulada com o contexto sociocultural e as condições políticas e econômicas que marcavam Passo Fundo nas primeiras décadas do século XX. Antes de desenvolver esse raciocínio, é necessário refletir sobre a questão dos coronéis e do coronelismo.

Carvalho (1998, p. 131-132) aponta que o conceito coronelismo foi empregado pela primeira vez na obra *Coronelismo, enxada e voto* de Victor Nunes Leal, publicada em 1948, “nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis.” O governo estadual mantém o coronel a nível local, e este garante votos. O “mandão”, o coronel, domina arbitrariamente a sociedade local, impedindo a livre participação política. Gertz (2011, p. 216) indica que a expressão “coronel burocrata” foi usada pela primeira vez por Sérgio da Costa Franco no artigo *O sentido histórico da revolução de 1893* e popularizada por Joseph Love na obra *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*.

“O conceito coronel burocrata recebeu sua primeira contestação mais elaborada por parte de Loiva Otero Félix, em uma tese de doutorado, publicada sob o título *Coronelismo, borgismo e cooptação política*.” (GERTZ, 2011, p. 217). É preciso observar o posicionamento de alguns autores para esclarecer as diferentes posições sobre o conceito de coronel e coronelismo. Para Love (1975, p. 84), o PRR matinha controle absoluto sobre os coronéis a nível local, portanto o “que distinguia o coronel gaúcho era seu papel dentro da estrutura partidária” pois, diferente de outros estados, “existia uma qualificação indispensável para alguém exercer o poder local: a disposição de acatar decisões partidas de cima; daí o nome coronel burocrata.” Faoro (1976), que segue a tendência de Love, entende que os municípios não possuíam autonomia, encontrando-se completamente submetidos aos governadores, ocorrendo um “imobilismo político municipal”, o governador comanda a realidade municipal, atendendo os interesses do partido, que por sua vez estão inseridos no contexto político nacional. “Entre o governador e o coronel a relação é de obediência,

autoritariamente garantida pela milícia estadual e pelos instrumentos financeiros e econômicos que partem daquele.” (FAORO, 1976, p. 629) A posição de Love e Faoro traduz uma rigidez, uma imobilidade social que não consegue explicar a ascensão e afirmação de Vergueiro.

Para Amaral (2005, p. 25), a política no Rio Grande Sul foi marcada pelo conflito entre duas tendências na República Velha: “os conservadores-liberais e os conservadores-autoritários. Essa classe política originava-se de um setor rural apoiado na grande propriedade e numa economia do tipo agropecuária.” A autora segue afirmando que a tendência autoritária permaneceu por muito tempo no poder, e sua base geográfica “situa-se no planalto, região serrana e zona colonial do estado rio-grandense, onde assentaram uma base política com características coronelistas.” A definição de Axt sobre o “sistema coronelista” difere em alguns aspectos das colocações de Amaral¹⁶. Ele apresenta o coronelismo como um sistema autoritário, mas que repousa sob uma base frágil, pois a coerção estaria assentada sob barganhas e cooptação. Em relação aos chefes locais, o autor aponta que:

o coronelismo enquanto sistema se estabelece no momento em que os mandões locais começam a perder parte de sua força política pessoal e precisam recorrer ao governo, que por sua vez ainda não é infraestruturalmente forte o bastante para afirmar sua presença institucional, promovendo o eclipse dos poderes locais [...]. (AXT, 2011, p. 49)

Parece que a disputa entre os “coronéis”, a nível local, ocorreu sem uma interferência direta do partido a que estavam submetidos os políticos passo-fundenses (o tipo de dominação baseado no carisma e na força da tradição partidária não estava se fez presente para mediar a disputa dos dois líderes). O poder coercitivo do sistema coronelista não amenizou as disputas ou mesmo indicou a decisão na cisão da comissão que liderava o PRR – os “mandões” não perderam poder entre a disputa eleitoral de 1916-1920, pelo contrário, agenciaram suas campanhas e ideologizaram¹⁷ suas ações por intermédio da imprensa, o que levou à deserção de um membro que ajudou nas investidas contra o governo republicano da cidade em 1923.

¹⁶ Axt define a tendência levantada por Amaral como “funcionalista”: “O funcionalismo recuperou, sob novas roupagens, os grandes mitos veiculados pela ênfase biográfico-institucional e criados pela ênfase mecanicista. O sociólogo Hélgio Trindade, por exemplo, insiste na ‘clivagem ideológica entre duas famílias políticas: os conservadores-liberais versus os conservadores-autoritários’, um silogismo que, em última análise, reproduz a ideia de cizânia entre gasparistas e castilhistas [...]. Em seguida, este autor absorve a estrutura causal mecanicista ao relacionar esta ‘fissura’ à oposição entre latifundiários da Campanha e burgueses do Litoral.” (AXT, 2011, p. 25)

¹⁷ Para Volker Sellin: “Sempre que o ser humano age, estão em jogo mentalidades, sempre que ele se manifesta sobre o seu agir e tenta justificá-lo, estamos diante de ideologias.” (SELLIN, apud GERTZ, 2009, p. 22).

Não foram analisados dados suficientes para afirmar que existia uma autonomia no planalto ou mesmo em Passo Fundo, nem é esse o intuito, mas apenas levantar algumas questões a serem ponderadas ao observarmos a trajetória política de Vergueiro e o contexto em que estava inserido.

Primeiramente, Vergueiro não era um “coronel” que foi “cooptado” pelo partido para liderar a máquina burocrática no planalto, ele não foi alocado pelo Estado. Era um médico, um doutor que foi estudar em uma cidade maior. Viveu parte da juventude em São Leopoldo, não junto a “tropas” do planalto. Outra contradição é que as divergências que ocorrem na cúpula do PRR local não corroboram a divisão do Estado em duas tendências políticas – os conflitos ocorreram entre membros do mesmo partido. De acordo com Axt (2011, p. 49), o coronelismo seria um sistema político baseado em barganha entre o governo e os coronéis que exercem o domínio sobre o poder local. A partir do oferecimento de cargos públicos, os chefes locais apoiam o governo, fornecendo votos a governadores, e estes a presidentes. O coronel é um “mandão local” e o coronelismo se estabeleceria quando esses mandões (que retiram seu poder basicamente da posse da terra) perdem poder em sua base, necessitando recorrer ao governo. A afirmação política de Vergueiro parece não se enquadrar perfeitamente nesse tipo coronelista, pois sua ascensão à liderança do partido e da Intendência Municipal ocorre em virtude do ocaso de um coronel e sem uma interferência direta de Borges.

Recorrendo a Weber, percebe-se que o “coronel”, ou o “coronelismo”, deve ser identificado como um tipo ideal de dominação para compreender a formação de um estamento burocrático no Estado gerido pelo PRR. Concordando com Cohn (2002, p. 8), a formulação de um tipo ideal é um “recurso metodológico” que pode orientar a observação da realidade. Os tipos ideais são concebidos como expressões puras, que não se encontram plenamente nesse estado em situações observáveis. Grosso modo, o tipo ideal pode ser entendido como um modelo que guia uma pesquisa sobre determinada relação social, como a figura (o tipo) do “coronel”, por exemplo. Mas esse tipo ideal não se reproduz tal qual é formulado pelo pesquisador. Ou seja, o coronelismo não é uma regra, é um tipo ideal de dominação. Partindo desse pressuposto, em algumas situações esse sistema apresenta características mais flexíveis, e em outros momentos torna-se mais autoritário (mais próximo de algumas idealizações). Essa margem possibilita pensar em um tipo ideal que não se enquadra na visão coronelista do estado. No contexto específico em que ocorreu a conturbada campanha para Intendência Municipal em Passo Fundo (1916-1920), a eleição marcou a ascensão de uma liderança com

características que estavam relacionadas com as transformações que a modernização urbana, o crescimento econômico e populacional trouxeram para os municípios.

Como Gertz aponta (2011, p. 216) a expressão “coronel burocrata”, cunhada por Sérgio da Costa Franco e popularizada por Joseph Love, “se refere a uma realidade que teria conferido ao estado mais sulino do Brasil uma característica bem específica, peculiar, numa comparação com o restante do país, sobretudo quando se atenta para a tradição que se instaurou após a proclamação da República.” Não é esse caminho que se está seguindo quando pensamos no “coronelismo” como um tipo ideal para observar as relações sociais/políticas no contexto do Rio Grande do Sul. Muito menos quando pensamos na realidade de Passo Fundo em relação à região. Não se está afirmando que o coronelismo não existiu no planalto, mas que em determinados momentos (como 1916-1920) esse tipo ideal não consegue explicar plenamente a história político-partidária e a relação dos “mandões” locais com o poder do Estado. Prates (2001, p. 25) defende a ideia da existência de um coronelismo “rígido” no Rio Grande do Sul. Para a autora:

é possível perceber que o governo estadual centralizava as atribuições municipais, controlando as elites, fossem intendentes ou mandatários locais na figura dos coronéis, cujas decisões dependiam de consulta ao chefe do partido, no caso Borges de Medeiros. Às lideranças locais cabia utilizar seu prestígio político e seu empenho pessoal, garantindo ao governo estadual apoio político e votos a seu favor nos períodos de eleições, como o que poderiam requerer melhoramentos para o seu município. (PRATES, 2001, p. 25)

Porém, essa visão não vai ao encontro dos próprios fatos que a autora relata (referência à recomendação de Borges em realizar um plebiscito para escolha do líder republicano, não intervindo diretamente na arbitragem do conflito). Não é possível vislumbrar como seria interessante ou vantajosa ao PRR uma disputa entre o Cel. Lolico e Vergueiro no planalto. Para Prates (2001, p. 52), o “vergueirismo” que dominou a cena política em Passo Fundo de “[...] de 1908 a 1932 consistiu, essencialmente, no domínio da política borgista, o PRR.” Esse domínio teria fornecido a Vergueiro um perfil de liderança “personalista”. Como já afirmado, não se está negando a existência do coronelismo, mas apontando que a afirmação de Vergueiro como líder do partido e da região, processo que ocorreu entre 1916 e 1920, não dependeu exclusivamente da “política borgista”.

A ascensão do “vergueirismo” local pode ser explicada pela relação existente entre a emergência de transformações sociais e econômicas que se desenrolavam a partir da intensa urbanização e da industrialização que marcavam a “conduta de vida”¹⁸ da população do município e a política borgista em vigor. Esse mundo mais urbano, essa *Belle Époque*, foi associado a Vergueiro durante sua campanha. Essa “aura” de inovação marca a sua figura tanto quanto a formação de um personalismo político influenciado por Borges. Também é preciso lembrar as considerações de Amaral, que aponta o ano de 1907 como um divisor de gerações políticas. Gervásio Lucas Annes, Pedro Lopes de Oliveira e Gabriel Bastos são políticos anteriores à geração de 1907. Vergueiro faz parte de outra geração, que teve a necessidade de defender os ideais do PRR ferrenhamente frente às críticas da oposição. Vergueiro entra em cena na política gaúcha no momento em que o estado e a máquina burocrática já estavam solidificados, porém, enfrentava mudanças, como a emergência de uma oposição articulada. Defender os ideais partidários significa exaltar o progresso alcançado sob a ordem republicana, o que certamente contribuiu para alinhar ainda mais Vergueiro ao mundo urbano e industrial em formação. O ano de 1907 aparece como um marco divisor entre coronéis e doutores na liderança político-partidária de Passo Fundo.

Referências bibliográficas

ABREU, Luciano Aronne. Estado Novo: o fim das políticas regionais? *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXIII, n.1. p. 172-191. junho 2007.

AMARAL, Sandra do. *O Teatro do Poder: as elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo*. (Tese de Doutorado) Porto Alegre: PUCRS, 2005.

AXT, Gunter. *Gênese do estado moderno no Rio Grande do Sul 1889-1929*. Porto Alegre: Editora Paiol, 2011.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967*. (Dissertação de Mestrado). Passo Fundo: UPF, 2006.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (orgs.). *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

¹⁸ De acordo com Gertz (2009 b, p. 55) “Weber defendeu, de forma enfática, a convicção de que ‘visões de mundo’, isto é, de ‘idéias’ podem dar um rumo especial, um ímpeto peculiar, às ações humanas na perseguição de seus interesses materiais.” Em Passo Fundo, as duas primeiras décadas do século XX marcam uma mudança na conduta de vida dos habitantes. Vergueiro possuía uma “afinidade eletiva” com essa visão de mundo que estava se formando.

- COHN, Gabriel. (org.). *Weber*. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- DAMIAN, Marcos Antonio. *Eleições em Passo Fundo: dados históricos*. Passo Fundo: Berthier, 2010.
- DAMIAN, Heleno Alberto. DAMIAN, Marcos Antonio. *Páginas da Belle Époque Passo-fundense*. Passo Fundo: Ed. Passografic, 2008.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3.ed. Porto Alegre: Globo, 1976.
- FARIAS, Renato. *Flores, Vargas e o PRL (1932-1937): registros da imprensa Passo-fundense*. (Dissertação de Mestrado). Passo Fundo: UPF, 2011.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.
- FONTOURA, Túlio. *Album do Município de Passo Fundo*. Passo Fundo: A Luta, 1931. (Biblioteca Pública Municipal Arno Viuniski de Passo Fundo, Seção de Obras Raras).
- GATTI, Isaura de Moura. *Partido Social Democrático: formação e fragmentação em Passo Fundo (1945-1950)*. (Dissertação de Mestrado). Passo Fundo: UPF, 2008.
- GERTZ, René E. O Sonderweg no Rio Grande do Sul. In: *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 37, n.2, p.215-231, jul./dez. 2011.
- GERTZ, René E. Ideologias e mentalidades na História Política. In: SILVEIRA, Helder Gordim da. (et. al.) (orgs.). *História e ideologia: perspectivas e debates*. Passo Fundo: UPF Editora, 2009 a.
- GERTZ, René E. Condutas de vida versus comportamento frente ao Estado, a partidos e a eleições. In: COSTA, Miguel Ângelo S. da. (et.al.) (orgs.). *Explorando possibilidades: experiências e interdependências sociais entre imigrantes alemães, seus descendentes e outros mais no Brasil Meridional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009 b.
- GERTZ, René E. Como é possível continuar escrevendo História Política? In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.105-131, jan/dez. 2006.
- JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio. *A construção da liderança política de Flores da Cunha: governo, história e política (1930-1937)*. (Tese de Doutorado). Campinas: UNICAMP, 2006.
- KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. 2. Ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.
- NASCIMENTO, Welci. DAL PAZ, Santina Rodrigues. *Vultos da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1995.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Héglio. Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul - 1823-2002. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

O NACIONAL, terça-feira, 14 de agosto de 1962 (Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul).

PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)*. (Dissertação de Mestrado). Passo Fundo: UPF, 2001.

VERGUEIRO, Nicolau de Araújo. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro na reunião ordinário de 1923*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d'A Federação, 1924. (Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul).

WEBER, Max. *Os três tipos puros de dominação legítima*. In: COHN, Gabriel. (org.). *Weber*. São Paulo: Editora Ática, 2002.

ARTIGO ENVIADO EM: 25/01/2013
ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM: 09/06/2013